

Boa tarde!

Abaixo repasso o compromisso público da candidata Luiza Erundina, de seu vice Ivan Valente e da Coligação Os Sonhos Podem Governar com a Educação Infantil da cidade de São Paulo.

Atenciosamente,
Renata Vilela
Assessora de Imprensa da campanha
11 97279-5001

Agradecemos a iniciativa do grupo em expor as preocupações, muito justas, referentes à educação da primeira infância na cidade de São Paulo.

Em primeiro lugar, é importante dizer que nosso programa de governo está em construção. Diversos grupos de trabalho foram formados, entre eles um de educação, no qual reuniu especialistas da área, professores universitários, professores e gestores da rede municipal, ativistas e militantes de movimentos sociais da educação e da educação infantil em especial, além de pais e mães que possuem filhos matriculados na rede municipal. Ainda assim, reafirmamos que nosso programa está em construção pois acreditamos ser irresponsável estabelecer algumas metas fechadas numa campanha eleitoral para um governo que se pretende governar com a participação efetiva da sociedade civil organizada. Isso significa que essas metas, algumas definições estratégicas, os compromissos de gestão têm que ser socializados com a sociedade para que a responsabilidade por elas sejam também da sociedade. Em uma cidade como São Paulo, é preciso governar a partir das regiões administrativas, descentralizar o poder, acreditar como nunca no poder popular e na gestão democrática.

É claro que apontamos linhas de ação que nos identificam. Na educação infantil, que entendemos como um duplo direito, como prevê a Constituição Federal (direito das famílias trabalhadoras e direito das crianças) o que tem acontecido na cidade é calamitoso. Os últimos governos, desde a gestão da Marta, abriram mão de sua responsabilidade direta no atendimento de creche, terceirizaram e só tem ampliado vagas via rede conveniada, com um atendimento de baixíssima qualidade. Isso nós temos muita clareza: será preciso congelar as matrículas da rede conveniada e batalhar para ampliar as vagas via rede direta de atendimento, que conta com profissionais mais qualificados, espaços mais adequados, salários justos, jornada de trabalho e carreira profissional.

Sabemos dos desafios que a cidade impõe e temos pessoas em nossa equipe acompanhando o trabalho valioso do Comitê de Monitoramento do Plano de Expansão da educação infantil na cidade, resultado de um debate importante sobre a judicialização do atendimento, do cumprimento do direito das famílias, sobretudo das mães, e das crianças. Sabemos que como alternativa as famílias têm procurado o poder público para exigir a matrícula, e que os mandados judiciais, se por um lado tem o poder de pressionar o Estado e atender a família, por outro também tem gerado novas situações, como a “fila dentro da fila”, a priorização para as famílias que acabam tendo acesso aos mecanismos judiciários e, por vezes, o atendimento fora da capacidade da turma/ unidade escolar.

Muito esforço deve ser feito em direção ao cumprimento do Plano Municipal de Educação. Se hoje temos mais de 100 mil crianças de 0 a 5 anos na fila, para cumprir a meta do Plano Municipal de Educação de atender 100% da demanda manifesta ou 75% das crianças na faixa etária de 0 a 3 anos (além da universalização da pré-escola, já obrigatória), o atendimento deverá mais que dobrar. Isso inclui mais recursos financeiros, por isso é fundamental no nosso programa defender uma auditoria da dívida pública na cidade, e também pressionar a União e o governo estadual para cumprir suas responsabilidades no regime de colaboração. Nossa proposta é aumentar os gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino para 30% da receita líquida de impostos, como foi feito no nosso primeiro governo, propondo esta alteração na Lei Orgânica do Município, que auxiliarão o cumprimento da meta, porém não serão suficientes.

Contudo, o que mais nos impulsiona é saber que a ampliação do atendimento na educação infantil não pode, de forma alguma, ser feita sem um olhar cuidadoso para a qualidade deste atendimento. São bebês e crianças muito pequenas que dependem dos adultos para garantir estas condições. Todas elas devem ter um atendimento de qualidade, incluindo as crianças com deficiência. A educação infantil, justamente por sua concepção, consegue realizar um trabalho de inclusão social mais interessante que o ensino fundamental, contemplando as especificidades das crianças com deficiência na organização das creches e pré-escolas.

Neste sentido, nossos princípios para a educação infantil seguem indicações que se aplicam também ao ensino fundamental: fortalecimento da gestão democrática, projeto pedagógico com a devida autonomia escolar, unidades com condições de funcionamento incluindo número de profissionais adequados, materiais, espaços e recursos financeiros que estimulem a realização do PPP, redução do número de crianças por turma, profissionais com melhores salários, jornada com o mínimo de 1/3 para atividades de planejamento e formação, formação continuada para todos os profissionais das unidades.

A educação infantil é um campo que tem avançado muito na teoria, tem muitos documentos oficiais que tratam de padrões de qualidade, do MEC e da própria prefeitura, mas o que acontece é que as gestões não cumprem (nem dão condições, no caso do governo federal) de cumprir as próprias determinações. Nós vamos trabalhar para que os padrões de qualidade determinados nacionalmente e amplamente amparados pelos especialistas e estudiosos da área sejam cumpridos, inclusive e sobretudo na rede conveniada existente, onde hoje é evidente uma brutal diferença de qualidade em relação à rede direta e que representa, hoje, cerca de 70% do atendimento em creche na rede municipal.

Por fim, parabenizamos o trabalho do Comitê de Monitoramento, com o qual nossa gestão, se eleita, gostaria de manter um diálogo constante e propositivo em prol do atendimento dos bebês e crianças da cidade de São Paulo.